



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Ribeiro e Castro

Qualquer estratégia de desenvolvimento social e económico deve assentar numa valorização dos recursos humanos, sejam estes jovens ou adultos. No entanto, não parece ser esta a estratégia do atual Governo.

Com efeito, o Ministério da Educação e Ciência já anunciou a reorientação na oferta formativa no ensino profissional, privilegiando atividades como a pesca, a caça, a agricultura e outras especializações em certas áreas industriais como novos setores prioritários.

No entanto, esta questão levanta dois problemas:

i) Tendo em conta que este Governo é apoiado por partidos que gostam de se dizer a favor da libertação das energias da sociedade civil contra um Estado educador, arrogante e supostamente iluminado, é interessante verificar como o Ministério da Educação produziu aqui uma decisão claramente centralista e totalmente desligada do conhecimento específico dos atores locais. Com efeito, os vários intervenientes nos estabelecimentos de ensino já vieram criticar o facto de, ao contrário dos anos anteriores, ser o Ministério da Educação que, por decreto, decide a oferta formativa das escolas, sem atender às necessidades do mercado local.

ii) Para além da forma, há um problema de conteúdo da decisão. Basta recordar o estudo apresentado pela Associação Nacional de Escolas Profissionais (Anespo), que aponta para a necessidade de apostar, entre outras, na área do comércio, para perceber que as necessidades formativas que o Governo elege como prioritárias foram definidas à revelia do parecer da Associação Nacional de Escolas Profissionais (Anespo), da Associação Nacional de Profissionais de Educação e Formação de Adultos (Anpefa) e da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), que consideram que a oferta definida pelo Ministério da Educação é



extremamente limitada, ao remeter para um plano secundário áreas como o comércio, a informática, a economia ou os serviços sociais.

Neste sentido, e porque se mostra fundamental aferir dos critérios que podem estar na base desta decisão do atual governo, bem como conhecer das áreas que estas três entidades consideram essenciais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição das associações ligadas ao setor, nomeadamente a Anespo, a Anpefa e a Andaep.

Assembleia da República, 24 de Maio de 2012

Os Deputados